

PODER, TERRITÓRIO E GUERRILHAS COLOMBIANAS

*Daniel Simões Oliveira*¹

Qualquer tentativa de análise da Formação sócio-espacial colombiana defronta-se necessariamente com a questão da multiplicidade de agentes (ou organizações) presentes no território. A suposta homogeneidade do Estado-nação é, neste caso, bruscamente rompida pela conformação de subespaços delimitados pela ocorrência de poderes divergentes, que freqüentemente resultam em atritos e manifestações de violência. Guerrilhas Socialistas, Paramilitares, Indígenas e Narcotraficantes são algumas das organizações que concorrem com o Poder do Estado (embora algumas dessas possam, às vezes, cooperar, ou até penetrar nas estruturas estatais). A essa situação vem se somar a crescente intervenção dos Estados Unidos, país que através do Plano Colômbia injetou 1,3 bilhões de dólares nas atividades militares dos dois últimos governos.

Indubitavelmente, o agente que mais se opõe aos interesses representados pelo Estado nacional e pelo Capital estrangeiro são os movimentos de guerrilhas “de esquerda”, portadores de um projeto de mudança completamente antagônico aos interesses de grande parte destes agentes. Na origem dessas guerrilhas se encontram as condições de extrema privação social enfrentada por amplas parcelas da população desde os tempos da colonização espanhola, além da polarização da luta de classes no contexto das décadas de 50 e 60.

A elaboração deste artigo responde, portanto, à preocupação em oferecer uma contribuição teórica para a compreensão do fenômeno dos “movimentos de guerrilha²” que, apesar da desagregação da chamada União Soviética e de grande parte do bloco dos países socialistas, seguem existindo como importantes manifestações de poder. Nesse sentido, o caso colombiano é talvez um dos mais relevantes, tanto pela sua longa história de constituição, quanto pelo elevado grau de organização e sofisticação atingido por estas organizações, no que se refere às estratégias de exercício do poder e ao domínio territorial.

As contribuições aqui presentes originam-se principalmente da influência da Geografia, cujos métodos permitem uma abordagem reveladora de diversos aspectos fundamentais da dinâmica de atuação desses movimentos. Assim, nosso esforço teórico centrou-se no entendimento das formas pelas quais essas organizações exercem o poder e, conseqüentemente, controlam porções do território. Uma das tarefas principais deste

¹ Geógrafo formado pela UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: Daniel.Oliveira@ige.unicamp.br

² Fazemos aqui menção explícita aos movimentos de guerrilha de esquerda, não sendo centrais em nossa pesquisa os movimentos das guerrilhas de direita.

trabalho é a elaboração de uma teoria de localização das guerrilhas que busque compreender o uso do território realizado por elas.

As concepções teóricas aqui adotadas baseiam-se numa proposta de Geografia centrada na compreensão do Espaço como uma instancia social, que jamais pode ser reduzida a um receptáculo inerte às ações humanas (a concepção de espaço como um palco das ações humanas) nem tão pouco ser tomada como estrutura dominante nos processos sociais (fetichismo do espaço). Há que se considerar a relação dialética fundamental entre estrutura espacial e processos sociais, conforme as propostas de SOJA (1993), RAFFESTIN, C. (1993) e SANTOS (1996). Este último, por exemplo, nos propõe compreender o espaço como um “conjunto indissociável de objetos e ações” (SANTOS, 1996). Nesse sentido, o trabalho busca abordar este duplo caráter dos fenômenos sociais, iniciando-se com uma caracterização das duas principais organizações guerrilheiras colombianas (as FARC e o ELN), no intuito de compreender as estratégias movidas por estes grupos na realização do poder. Posteriormente buscaremos compreender aspectos da sua configuração territorial, e sua correlação com outros fenômenos, também manifestos no espaço, em conformidade com nossas proposições metodológicas.

Neste trabalho optamos por analisar um eixo composto pelos principais departamentos onde atuam as guerrilhas, com objetivo de compreender os diferentes padrões de localização destas guerrilhas e compará-los com outras informações espaciais. Neste eixo estão contidos os seguintes departamentos: Meta, Caquetá, Boyacá, Cundinamarca, Huila, Tolima, Santander, Arauca, Norte de Santander e Casanare (MAPA 1). Nesses departamentos, além da presença das guerrilhas, encontramos as principais reservas de petróleo do país, que serão importantes fatores explicativos da localização das guerrilhas como veremos a seguir.

Movimentos De Guerrilha e Suas Estratégias

A análise dos movimentos de guerrilha na Colômbia deve tomar em consideração os dois principais grupos presentes no cenário nacional: As FARC e o ELN.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), constituem-se no maior movimento de guerrilha colombiano, contando com cerca de 16 mil combatentes. Reivindicam-se marxistas-leninistas, com um programa de transformação radical da sociedade, onde se destaca a realização de uma grande reforma agrária e nacionalização das empresas transnacionais (ARENAS, 1985). A atuação predominante (porém não exclusiva) desta guerrilha é a região sudeste do país, caracterizada por extensas planícies e pela predominância da vegetação Amazônica. Podem-se destacar os departamentos (estados) de Caquetá e Meta como principais redutos da guerrilha. Embora esses departamentos sejam os mais representativos, estima-se que a guerrilha atue hoje

em cerca de 60% do território nacional incluindo células urbanas nas principais cidades (Bogotá, Medellín e Cali).

O Exército de Libertação Nacional (ELN) é o segundo principal grupo de guerrilha colombiano e conta com cerca de cinco mil combatentes. Também propõe transformação revolucionária da sociedade, e se concentra principalmente nos departamentos de Casanare, na planície, Santander e Norte de Santander, no altiplano, região nordeste do território nacional.

O fato dos dois grupos se diferenciarem em termos de estratégias (como discutiremos a seguir), não impede a realização de operações conjuntas em departamentos como Casanare e Santander.

A origem desses dois grupos situa-se num contexto semelhante: ambos nasceram na década de 60, num momento de grande mobilização popular no campo e de violenta repressão estatal. As guerras que abalaram o país nas décadas de 40 e 50 envolvendo dois partidos de elite (partido conservador e partido liberal) cessaram num acordo chamado “Frente Nacional”, através do qual conservadores e liberais acordavam em se alternar no poder. Este acordo escancarou aos olhos dos camponeses, que freqüentemente se engajaram na luta ao lado de um dos partidos, o descompromisso desses em relação aos interesses do campesinato e o caráter classista da desta aliança. Esta conjuntura despertou a atuação de uma série de movimentos populares, principalmente engajados na questão da terra (concentrada nas mãos de latifundiários e até de empresas estrangeiras, como a United Fruits).

O tratamento dado a maior parte desses movimentos na Colômbia foi similar ao adotado na maior parte da América Latina. Ao invés de uma abertura no sentido da democratização, os governos, conforme os interesses das classes dominantes e do Capital estrangeiro, optaram pela repressão violenta como nos aponta MEDINA (2002) com referencia às marchas (protestos) organizados pelos camponeses: “*Mientras los campesinos estaban armados con palos e machetes en las marchas, porque no tenían mas nada, el Ejército los agredió y que salió a nível nacional e internacional*”(Pág 12).

A reação dos camponeses, produto de uma dialética implacável, veio com a formação de milícias armadas, chamadas de “autodefesas campesinas”, que enfrentavam o exército em áreas ermas do país. Algumas dessas mobilizações deram origem às chamadas repúblicas independentes, enclaves territoriais autônomos, duramente golpeados pelo exército. A mais famosa, chamada Marquetália, deu origem a um movimento de camponeses e intelectuais que adotaram a tática de guerrilhas móveis. Nascia assim, em 1964, as FARC, cujo dirigente maior, Manuel Marulanda Vélez, um intelectual marxista, ainda vive e participa ativamente do movimento.

Podemos destacar três fatores que, de forma conjunta, podem ser apontados como as principais causas da radicalização política, e a conseqüente formação dos movimentos de guerrilha. As condições de pobreza generalizada, inerentes à estrutura colonial exploratória e à concentração do principal meio de produção (terra) nas mãos de poucos proprietários seriam o primeiro fator. Um segundo fator fundamental seria a aplicação generalizada de métodos repressivos às organizações populares, como nos sugere ARAÚJO (1997) *“Em um regime de conservadores e liberais, a alternativa geralmente foi uma tendência à esquerda para os grupos divergentes. (...) Em alguns casos, a falta de um espaço político legal e a repressão do bipartidarismo foram os argumentos usados para que armas fossem usadas como meio de ação política”*(pág 269). O terceiro fator, também contido na afirmação deste autor enquadra-se no que propomos chamar de “Exclusão Política”. Por Exclusão Política entendemos a inexistência de espaços participação popular no Poder central, devido ao pacto bipartidarista e às sucessivas perseguições políticas a que foram submetidas as lideranças populares que buscaram a chamada via “democrática”.

Estes três fatores, agindo em concomitância, são fundamentais para entender a origem destes movimentos, embora não sejam suficientes para explicá-la na atualidade. Para compreender o padrão de localização destes movimentos e principalmente o uso que fazem do território deve-se aprofundar o estudo das estratégias mobilizadas por estas organizações. Estas estratégias revelam uma busca crescente por poder e conseqüentemente pela possibilidade de apropriação de parcelas do espaço. Nesse sentido, atenta RAFFESTIN (1993) para o fato de que o território é *“espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”*(p.144). O mesmo autor chama também a atenção para o verdadeiro sentido das ações territoriais, e o caráter violento que muitas vezes assumem: *“Tout structuration de l’espace et du temp dissimule un pouvoir qui est violence ou pressage de violence”*(RAFFESTIN & BRESSO, 2000, p.44). Compreenderemos assim a busca pela apropriação de parcelas do espaço como expressão maior do poder realizado, necessariamente, de forma conflituosa, na medida em que envolve projetos e interesses divergentes.

Novas estratégias territoriais das Guerrilhas

O desenrolar dos acontecimentos na Colômbia conduziu a mudanças significativas nas estratégias de atuação dos movimentos de guerrilha. As propostas iniciais, baseadas no marxismo-leninismo, (no caso da FARC) ou no Castrismo (teoria foquista descrita em DEBRAY, 1967, adotada pelo ELN) fundamentavam-se no levante das massas trabalhadoras na direção da tomada do Poder central e a instalação de um regime revolucionário em nível nacional. Embora sucessivas vagas de violência contra-revolucionária em direção aos guerrilheiros e a qualquer movimento político popular ou “à

esquerda” não tenham sido capazes de exterminar essas duas principais organizações, foram suficientes para restringir a expansão dos movimentos de massa. A tomada do poder central ficou, por conseqüência, temporariamente adiada, fato que provocou uma significativa mudança de estratégia na atuação destes grupos que passariam a orientar suas ações principalmente no sentido de controlar parcelas do espaço nacional, ao invés da tomada completa do país. Marca-se assim a opção por uma estratégia regional que, embora não descarte a tomada do poder central como fim último, assume como condição prioritária a apropriação do espaço regional. Essa estratégia, aliada a alguns outros fatores, possibilitou a consolidação das guerrilhas e seu crescimento quantitativo e qualitativo, conforme discutiremos em seguida.

A partir dessa estratégia regional (adotada a partir da década de 70) passam a ser aplicados mecanismos de controle sobre o território, no intento de consolidar o poder dessas organizações nessa escala do espaço. Assim as organizações guerrilheiras passam a organizar e regular estes territórios em acordo com sua necessidade de poder. As guerrilhas passaram a controlar militarmente um grande conjunto de vilas e pequenas cidades, impedindo a atuação do poder do Estado. Muitos prefeitos serão depostos, mortos ou obrigados a curvarem-se às ordens guerrilheiras. Em alguns casos será constituído um poder judiciário para intervir em pequenas discórdias da vida cotidiana. As guerrilhas estabeleceram também vínculos com a economia local, com a compra de produtos agrícolas alimentares dos pequenos produtores.

Um dos elementos mais marcantes da atuação regional das guerrilhas passou a ser o controle da circulação, tanto de pessoas, quanto de mercadorias, grande indicador de poder, conforme nos aponta RAFFESTIN (1993): “A *Circulação é a imagem do poder.*” (p.202). Esse controle das redes de circulação envolvia o controle das principais estradas, rios e aeroportos e garantia a supremacia militar desses grupos. Passou-se a praticar bloqueios sistemáticos nas estradas, envolvendo o confisco de armamentos e a prisão de supostos colaboracionistas das forças governamentais, medidas que garantiam o domínio militar da região.

O domínio territorial exercido pelas guerrilhas centrava-se em áreas do altiplano onde as redes estatais eram demais escassas. A quase inexistência da presença estatal propiciava o controle militar e principalmente o controle político da região, como escreve MESA (1999):

Alér expandir em
direção às is planícies
amazônica
10652

“...tratava-se de núcleos urbanos já constituídos, com mercados agropecuários consolidados, produto de anteriores colonizações camponesas acontecidas desde o começo do século. Estes núcleos eram utilizados como centros irradiadores da ideologia partidária comunista e das ações guerrilheiras. A fluidez territorial das ações políticas e sociais desses grupos foi fundamental no controle territorial na medida em que se incorporavam novos integrantes ou se consolidavam simpatizantes dentro dos núcleos urbanos e das áreas circunvizinhas.(p. 74)

Petróleo: Ordem Global e Desordem Regional

O controle do território obtido por estas guerrilhas garantia também o controle sobre a economia, uma vez que o movimento tinha possibilidade de organizar os fluxos comerciais referentes a estas regiões. É esse controle específico que possibilitou uma diferenciação marcante entre as estratégias das FARC e do ELN, no início da década de 80. As guerrilhas passaram a orientar suas estratégias, cada uma segundo suas possibilidades espaciais, no sentido de controlar os importantes **recursos** disponíveis³ no território colombiano. É a lida com esses recursos, conforme mostraremos adiante, a principal explicação para a dinâmica de localização e principalmente para a configuração espacial apresentada hoje pelas guerrilhas.

O ELN orientou suas atuações em direção aos departamentos de Arauca, Casanare, Santander e Norte de Santander onde se encontram não somente importantes reservas de petróleo, mas áreas de exploração e de grande presença de oleodutos, destinados a importantes portos do país (Barranquilla é o principal). Assim, o movimento passa a exercer um controle sobre as atividades de extração e transporte do Petróleo, cobrando impostos das grandes empresas exportadoras de petróleo. Grande parte dessas empresas são grandes multinacionais, geralmente de origem estadunidense, desde o final do século 19, com a chegada do cartel Rockefeller, composto pela Exxon, Chevron e pela Móbil (MARQUÉZ, 1999). Na área ao pé dos montes da cordilheira dos Andes, entre os departamentos de Arauca e Casanare situam-se os principais poços colombianos, conforme aponta BARBOSA, R., 1998 (apud: MESA, 1999): *“O sopé da cordilheira oriental é a região mais rica em petróleo da Colômbia. (...) Segundo especialistas, é o maior achado petrolífero do mundo ocidental nos últimos sete anos (p. 168)*. No caso do não pagamento dos tributos exigidos pelos guerrilheiros as empresas sofriam represálias, desde a explosão dos oleodutos usados para transportar o petróleo em direção aos portos, até o seqüestro de altos executivos destas empresas.

É importante observar que o seqüestro é parte fundamental da estratégia do ELN (e mesmo das FARC), não tanto por sua relação com o financiamento direto do movimento, mas por sua importância enquanto arma política. O seqüestro permite às guerrilhas importantes negociações com o tráfico e principalmente com o Estado, cujo objetivo principal é obter a troca dos reféns pela libertação de guerrilheiros presos pelas forças governamentais. O seqüestro também permitiu às guerrilhas alguns raros momentos de participação nos grandes meios de comunicação. As guerrilhas costumam enviar vídeos dos

³ Lembramos, conforme a proposta de RAFFESTIN (1993), que os recursos não devem ser reduzidos à conotação tradicional de “recursos naturais”. Os recursos não tem valor absoluto, mas sim um valor relativo, necessariamente social. Estes afirma : “Um recurso é o produto de uma relação. A partir daí, não há recursos naturais, só matérias naturais. (p. 225)

reféns, onde lhes é permitido um testemunho livre de sua situação. Os reféns, que aparecem geralmente bem nutridos e barbeados, têm servido, de forma não desprezível, para disseminar o nome das guerrilhas em escala nacional.

O surgimento da atividade petrolífera enquadra-se naquilo que chamamos de “verticalidade”, termo originalmente utilizado por Lênin, em referencia um determinado fenômeno espacial cujo controle escapa às áreas de sua ocorrência, provocando desordem nas sociedades locais e produzindo uma ordem funcional aos interesses externos representados, no caso, pelas grandes companhias transnacionais. Conforme nos sugere SANTOS (2000) a verticalidade é *“esse conjunto de pontos adequado às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico”* (P. 106). A expansão da atividade petrolífera conta com amplo apoio do governo que participa diretamente dessa desordenação local: Muitas comunidades indígenas são expulsas pela vinda das grandes companhias, e condenadas a uma situação de destruição de sua economia tradicional e de miséria. A instalação dessas empresas também é responsável por migrações de grande escala de pessoas interessadas em trabalhar junto às companhias. Muitos desses migrantes, excluídos do número restrito de empregos oferecidos, acabam se fixando como colonos e alimentando uma tensão crescente com os índios. Segundo MARQUEZ (1999) *“...la circulación de los activos de la economía petrolera no circulan en la región, sino que se trasladan a otros centro económicos en busca de mayor rentabilidad”* (p. 91)

Este cenário propicia uma expansão política das guerrilhas, principalmente do ELN, engajado nas manifestações indígenas e sindicais. O controle exercido sobre as atividades petrolíferas garante também um notável acréscimo nas finanças desse grupo, que conhece uma expansão qualitativa em termos de equipamentos e armas.

A reação do governo tem sido, na maioria das vezes, o aumento das hostilidades contra qualquer forma de oposição aos interesses dessas empresas, mobilizando o exército e as forças policiais para atividades de repressão à atuação da guerrilha. Embora muitas dessas ofensivas fossem primordialmente endereçadas aos movimentos de guerrilha, os movimentos indígenas e movimentos sindicais também foram (e ainda são) freqüentemente hostilizados pelas forças governamentais, compromissadas com a defesa dos interesses das grandes corporações. Embora o uso de violência tenha se exacerbado nos últimos tempos, a atuação violenta das forças estatais no sentido de combater organizações indígenas é bastante antiga. Um contrato firmado entre o governo colombiano e a empresa Gulf Petroleum na década de 30, e reproduzido em ROJAS, 1998, é bastante ilustrativo desta situação:

“El Gobierno prestará a las compañías contratantes la protección debida para prevenir o repeler las hostilidades o los ataques de las tribus de motilones o salvajes que moran en las regiones de que hacen parte los terrenos materia de este contrato, lo que hará por medios de cuerpos de policía armada o de la fuerza pública en cuanto fuere necesario” (p. 75)

Além das forças do governo, MARQUEZ (1999, p.103) destaca também a crescente presença de exércitos paramilitares, compromissados com os interesses das elites tradicionais e com o combate às guerrilhas, surgidos no início da década de 90.

Embora o predomínio das ações seja da guerrilha ELN, as FARC têm também importante participação na região, onde muitas operações conjuntas são empreendidas. A relação entre as guerrilhas e o controle dos recursos pode ser empiricamente comprovada através da observação dos mapas anexos (Distribuição da guerrilhas e presença de reservas de petróleo).

A atuação do ELN tem se centrado, preferencialmente, no controle do recurso petrolífero, uma vez que as FARC, além do Petróleo, tem exercido importante relação com a economia da Coca. Essa postura por parte do ELN sugere uma busca de legitimidade junto à opinião pública nacional e internacional, uma vez que a regulação exercida pelas FARC sobre a economia da Coca tem servido de pretexto para associações mecanicistas entre esta guerrilha e o tráfico internacional de cocaína. Embora associação baseie-se muito mais no interesse de combater esta guerrilha do que na realidade, como demonstraremos em seguida, esta tem sido freqüentemente usada como uma importante justificativa para as perseguições às guerrilhas.

A Complexidade da Economia Cocaleira

A década de 70 é marcada por profundas transformações na economia colombiana com a expansão massiva dos cultivos ilícitos. De forma muito mais efetiva que a sua antecessora (a maconha, chegada no início da década de 70) a Coca se espalha pelas áreas ermas do território colombiano, principalmente pelas planícies, onde o avanço dos cultivos devasta grandes áreas inicialmente cobertas pela Floresta Amazônica. Valendo-se da escassez de vigilância e das condições naturais adequadas, os cultivos da Coca atraem numerosos pequenos produtores que recebem as sementes dos antigos traficantes de Maconha, interessados na expansão da atividade. A facilidade de Cultivo e principalmente a garantia de compra a preços relativamente elevados oferecida pelos traficantes levam milhares de pequenos produtores a substituir as lavouras de subsistência ou de café (importante produto de economia colombiana, mas que sofre grandes quedas no preço e concorrência crescente do produto brasileiro) pelo plantio da Coca.

Embora a expansão da Coca responda a uma demanda externa de consumo, como no caso do petróleo, a expansão dos cultivos estende uma importante rede de fornecimento dentre os pequenos produtores, e traz um relativo aumento na renda de grande parte destes.

Uma compreensão mais precisa da questão da expansão dos cultivos de Coca e da regulação exercida pelos movimentos guerrilheiros exige algumas considerações a respeito do circuito espacial de produção da Cocaína e de outras poderosas organizações atuantes no território colombiano: Os narcotraficantes, responsáveis pelo comércio mundial de entorpecentes.

Embora na década de 80 tenha ocorrido o quase monopólio das atividades de tráfico pelo cartel de Medellín e, posteriormente pelo cartel de Cali, encontramos hoje uma produção pulverizada em cartéis de médio porte (CRETIN, 2003, p.22)

A constituição do cartel de Cali apresentou significativas mudanças organizacionais em relação ao cartel de Medellín, muitas delas adotadas ainda hoje. O cartel de Medellín concentrava grande parte das Etapas de produção da Cocaína, desde o plantio da Coca até a distribuição da Cocaína no principal mercado consumidor, os Estados Unidos. O Cartel de Cali por sua vez, abriu mão das atividades de Plantio e de Pisagem (processo pelo qual obtém-se a pasta base de cocaína) para se concentrar nas atividades de Refino e principalmente de transporte (etapa de grande rentabilidade e risco por envolver a travessia da fronteira mais vigiada do planeta). A etapa de distribuição no mercado Europeu e principalmente Estadunidense também foi transmitida a organizações domésticas. Observa-se assim a concentração das atividades centrais nas mãos dos grupos Narcotraficantes colombianos, tendência presente hoje no cenário do tráfico. Esta mudança organizativa assegurou aos traficantes uma grande flexibilidade de abastecimento com uma maior garantia de abastecimento. Em caso de quebra de fornecimento por algum dos produtores (geralmente decorrentes das autuações governamentais) a demanda poderia ser rapidamente suprida pelos outros produtores. Embora ainda existam grandes produções, essa forma espacial “descentralizada” é hoje predominante. CRETIN (2003), compara as mudanças ocorridas principalmente na base de produção das folhas de Coca com as estruturas das cooperativas leiteiras:

« On passe donc à une organisation plus souple, à type de coopérative laitière où chaque producteur affilié garde son autonomie de gestion et de décision en ce qui concerne activité propre mais fournit sa récolte la centrale d'achats.(p. 21) »

As atividades de plantio e pisagem, por tanto, puderam acolher uma grande massa de camponeses e desempregados atraídos pelas boas oportunidades de renda e pela

garantia de compra de sua produção. Conforme sugere FILIPONE (1995):

“Para los campesinos que cultivan la coca no hay una motivación ideológica, sino una simple oportunidad de sobrevivir haciendo lo que han hecho durante siglos. És sumamente difícil disuadir a esta gente de cultivar la coca, simplemente porque o gobierno dos estado unidos dicen que és malo para o país”(p. 138)

A economia do Narcotráfico apresenta uma complexidade que deve ser considerada nas análises científicas, com o intuito de superação dos discursos. A etapas de plantio, colheita e pisagem das folhas de Coca são executadas, na maior parte das vezes, por camponeses que, defronte à penúria das condições econômicas e sociais, encontram na coca uma possibilidade de ganhos mais elevados e de garantia de sobrevivência. Não se deve, pelo exposto acima, confundir-se esta economia dos “camponeses” (chamados de Cocaleiros) com o tráfico de cocaína, atividade de alta lucratividade e sofisticação que permite o enriquecimento e a formação de grandes impérios econômicos. O cultivo da Coca garante a sobrevivência de milhares de camponeses tanto na Colômbia, quanto na Bolívia e no Peru, indicados hoje como principais produtores das folhas (300 mil só na Colômbia, segundo MEZA, 1999, p 5) . A Coca, ao mesmo tempo em que se apresenta como um problema por desafiar as leis nacionais e os tratados internacionais, é a solução parcial da condição de permanente desemprego e miséria que assola grande parte desses países. FILIPPONE (1995 p. 137), estima que só no Peru, principal produtor da folha, essa atividade é responsável pelo aporte de um Bilhão de dólares por ano. Um número expressivo, mas pouco significativo em comparação com os 300 bilhões (rev. ISTOÉ, 26/6/1996) anuais resultantes dessas atividades no mundo todo, e que comprova a pequena fatia dos lucros obtidos pelos pequenos produtores.

Apesar do comportamento da economia da cocaína ser similar ao da economia do Petróleo no sentido de responder uma demanda externa, alheia às sociedades locais, este se diferencia crucialmente em um aspecto: É integralmente dependente da economia camponesa e transfere, ainda que em pequena proporção, partes de seus lucros para a população local. Os cocaleiros então se conformam como importante classe, defensora dos cultivos ilícitos, mas que não deve ser, em hipótese alguma, confundida com os Narcotraficantes.

As organizações Narcotraficantes são aquelas que se especializam preferencialmente nas atividades de deslocamento, incluindo a travessia de fronteiras, e transporte da cocaína, e mais recentemente também da heroína. Esses grupos se organizam aos moldes de grandes empresas, com grande quantidade de funcionários e uma

série de redes que envolvem desde laboratórios de refino (chamados “cozinhas”) até funcionários envolvidos do aparelho de Estado. Essas organizações são comumente chamadas de cartéis.

O primeiro Cartel de grande importância remonta à década de 80, com origem na cidade de Medellín (2ª maior cidade do país). Essa organização liderada pelo lendário traficante Pablo Escobar Gaviria tinha como importância crucial seu domínio sobre as etapas de produção da cocaína, uma vez que o próprio cartel era responsável pela distribuição de sementes de coca e coleta junto aos camponeses, possuindo inclusive fazendas próprias. Além disso, o cartel comandava as atividades de pisagem, refino, transporte e contava inclusive com células próprias de distribuição no principal mercado consumidor, os EUA.

A complexidade do Cartel de Medellín é bastante notável. Seu poder permitiu uma penetração nos aparatos do Estado colombiano corrompendo importantes autoridades e perseguindo juízes, políticos e lideranças policiais que pudessem eventualmente se opor as suas intenções. Os chefes do Narcotráfico eram vistos com grande respeito no seio da alta sociedade, e conquistavam prestígio junto às populações locais com intervenções sociais, como as casas populares construídas por Pablo Escobar na periferia pobre de Medellín. Grande parte dos dólares ingressantes mergulhavam também em grandes esquemas de lavagem de dinheiro que envolviam empresas, emissoras de rádio e times de futebol. Os narcotraficantes tornavam-se assim membros de uma elite seleta, e conquistavam cada vez mais poder econômico e principalmente político.

É ao redor dessa complexa e lucrativa economia da Coca que repousam grande parte das estratégias de financiamento das FARC. Essa organização, devido ao seu amplo controle sobre as principais redes de circulação, estabelece uma relação parasitária com o Narcotráfico e institui, por meio da força, uma série de tributos sobre a circulação da cocaína e de seus insumos. Os tributos mais leves recaem sobre o plantio e colheita das folhas de coca, e conseqüentemente sobre os pequenos produtores. Já os tributos mais pesados, cobrados em relação ao peso da cocaína, recaem sobre as atividades de refino, transporte fluvial e principalmente transporte aéreo, atividade que pode chegar fornecer até sete mil dólares por vôo (MARCELLA & SCHULZ, 1999, p.52).

A cobrança de taxas é claramente progressiva na medida que aumentam os ganhos. Essas são bastante suaves no que se refere aos pequenos produtores como parte de uma estratégia de garantir tanto a legitimidade política junto a esses produtores (que são também a base política da própria guerrilha) bem como sua permanência nas áreas produtoras. É nesse sentido que, muitas vezes, as guerrilhas exercem outra atividade regulatória bastante peculiar: Estabelecimento de preços mínimos para a compra das folhas de coca (evitando

que o comprador intermediário cometa abusos sobre os pequenos produtores) e pagamento de “preços de garantia” numa situação em que, mediante uma eventual queda no preço da coca, a guerrilha intervém complementando a renda do pequeno produtor, de forma a evitar principalmente que esses produtores deixem suas terras e migrem para as cidades. Já no que se refere aos grandes produtores, principalmente sobre as atividades comandadas pelo cartel, as taxas são bastante acentuadas, fato que alimenta uma oposição cada vez mais ferrenha entre as Guerrilhas e os Narcotraficantes.

A relação entre os movimentos de guerrilha e o Narcotráfico é uma das mais controversas e obscuras presentes no território colombiano. Os meios de informação em massa realizam nessa questão muito mais um papel de desinformação do que de esclarecimento dessa situação. Frequentemente repetem a análise das agências de segurança estadunidenses criadoras da chamada “Teoria das Narcoguerrilhas”, que consiste em atribuir enorme coincidência entre guerrilhas e Narcotraficantes, ao ponto desses movimentos constituírem um mesmo grupo, com interesses e estratégias coincidentes. Uma análise cuidadosa da realidade colombiana demonstra o absurdo dessa afirmação. Há uma série de aspectos nos quais ficam claras as divergências entre esses dois grupos. Pode-se falar numa contraditória relação, mas, em hipótese alguma, em coincidência entre esses grupos. Um primeiro aspecto refere-se aos objetivos dessas duas organizações. Os narcotraficantes conformam organizações similares a grandes empresas capitalistas, e sua finalidade maior é o Lucro. As guerrilhas, por sua vez, são defensoras de um projeto de transformação revolucionária da sociedade que atingiria diretamente grande parte da elite colombiana e conseqüentemente o Narcotráfico. Do ponto de vista de sua fundação é, então, completamente absurdo considerar uma suposta coincidência de interesses, como sugere TOKALTLIAN (1988, p.44): “...*contraditórios laços (e não alianças) entre o narcotráfico e grupos de guerrilha*”. Um segundo aspecto, de ordem bem mais concreta, é o fato do Narcotráfico ser o principal financiador dos movimentos armados de combate às guerrilhas, conhecidos como “Exércitos Paramilitares”. Embora esses exércitos não sejam hoje única e exclusivamente financiados pelo narcotráfico, a maior parte de seus proventos ainda segue sendo os empresários da droga. Sua origem, inclusive, remete aos seqüestros que a guerrilha executou na década de 80, contra familiares de narcotraficantes, que passaram a financiar esquadrões de extermínio, destacando-se o primeiro deles, o chamado MAS (Morte aos Seqüestradores), financiado diretamente pelo cartel de Medellín (RILEY, 1995, p.187). A partir de então, os grupos chamados Paramilitares vão conhecer crescimento constante, na medida que passam receber também aportes de empresas nacionais e internacionais, como no caso citado em LEECH (2002, p.19), onde a multinacional Texaco é acusada de participar do financiamento dos esquadrões.

A estratégia dos grupos paramilitares (o maior deles é a AUC, Autodefesas unidas da Colômbia, com cerca de cinco mil membros) inclui a disseminação generalizada da violência contra supostos membros ou simpatizantes dos movimentos de guerrilha. O governo por sua vez, responde com atitudes demasiadamente brandas se comparadas com as ações anti-guerrilha. Tal postura é sintomática do grande poder de penetração do narcotráfico nos aparelhos de Estado, principalmente na justiça (como no caso do assassinato do juiz Galán, grande opositor do narcotráfico) e nas forças armadas (exército e polícia nacional). O próprio surgimento dos grupos paramilitares foi incentivado pelo governo através da lei 68/1989 do governo Virgílio Barco (RILEY, 1995, p.195) que facilitava a transferência de armas dos militares aos civis e o recrutamento para compor os exércitos privados. O grande poder de penetração do narcotráfico é alicerçado em dois grandes pilares: seu poder militar e seu poder financeiro. Tornou-se célebre a expressão “o chumbo ou a prata” atribuída aos membros do cartel na intimidação de funcionários do governo (CRETIN, 2001, p.19).

Os exércitos Paramilitares surgem, conforme demonstrado acima, como um braço armado do Narcotráfico contra os movimentos de guerrilha, o que torna completamente absurda sua associação direta com a guerrilhas e qualquer abordagem que reduza guerrilhas e Narcotráfico a um mesmo movimento. Deve-se também ter em mente que, apesar de uma atuação relativamente autônoma dos grupos Paramilitares, esses não pairam acima da luta de Classes. São exércitos a serviço do Grande Capital e dos interesses dos grupos economicamente dominantes.

O Ensaio de uma Proposta de Região

A caracterização exposta anteriormente, onde se evidenciou a dinâmica interna de poder e atuação das guerrilhas e suas possibilidades de controlar recursos (Petróleo e Coca), permite elaborar uma proposta de regionalização em curso na formação sócio-espacial colombiana. O produto deste processo seria a conformação de duas regiões delimitadas em torno do poder detido pelos movimentos de guerrilha e o controle dos recursos que esse poder permite. Não se trata de resgatar as concepções geográficas, como a de “região natural”, delimitada em torno da chamada primeira natureza, a de “região lablacheana”, autocontida e explicável por si só, ou mesmo a proposta Neopositivista de região como espacialização de dados (MORAES, 1986, p.23, 28, 38).

Uma proposta regional razoável deve fundamentar-se na concepção de que a região é uma expressão “geográfica” (e conseqüentemente contraditória) “da divisão do trabalho” (SMITH, 1979, p. 207). Nesse sentido, deve-se considerar o fato de que a dinâmica e estruturação do poder no interior das regiões em questão, não resulta no desligamento dessas regiões em relação aos processos de reprodução ampliada do Capital, mas sua inserção de forma particular e contraditória. Contraditória principalmente no sentido que os

processos que orientam a reprodução do Capital nessas regiões alimentam também as principais forças antagônicas a este capital, representadas, nas regiões em questão, pelos movimentos de guerrilha. A regionalização representa, portanto, conforme a proposta de CORREA (1986, p. 42) o processo fundamental de “diferenciação de áreas” e que resulta numa relação dialética entre a diferenciação e a integração de determinada porção espacial resultante em uma determinada totalidade (Estado, mundo).

A delimitação Regional obtida no caso das guerrilhas colombianas é importante evidencia dos mecanismos contraditórios da reprodução ampliada do Capital e da forma como relações de produção não capitalistas podem ser lucrativas para o próprio capital, conforme lembra SOJA (1993, p.134): “...o mundo não capitalista tornou-se complexamente articulado ao mundo capitalista, sendo suas relações de produção simultânea e seletivamente desintegradas e preservadas.”

Das conclusões derivam algumas considerações sobre o papel desempenha pela região no mundo do Capital. Delas também deriva-se a esperança de que os movimentos guerrilheiros sirvam como contraponto à expansão desvairada das perversas lógica regionais tão fundamentais à reprodução capitalista.

REFERÊNCIAS

-ARENAS, Jacobo (1985) – “*Cese el fuego: Uma história Política de las FARC*”

Bogotá, Oveja Negra

-CORRÊA, R. L. (1986) – “*Região e Organização Espacial*”

-FILIPONNE, R. – “*El cartel de Cali y el futuro da lucha anti- drogas*”

Rev. Occidental, Ano 12 / N. 2 / 1995

-FLYNN, STEPHEN – “*Erosión de la soberanía y incipiente globalización del narcotráfico*”

Rev. Occidental, Ano 12/ N. 2/ 1995

-LEECH, G. (2002) – “*Killing Peace: Colombia’s conflict and failure of U.S. Intervention*”

INOTA, N. York

-MARCELLA, G. & SCHULZ, D. – “*Las Três Guerras de Colombia: Estrategia dos Estados Unidos en la encrucijada*”

Rev. Análisis Político, N. 37, 1999

-MARQUEZ, J. C. P. (1999) – “*Casanare: Llano y Petróleo*”

Villavicencio, Meta, Colombia, Ed. Corpes Orinoquia

-MEDINA, Juan G. F. (2001) – “*As Farc: Uma dimensão Organizacional e Política*”

Tese de Mestrado, IFCH-UNICAMP

-MESA, G. M. V. L. de (1999) – “*Territorio e Poder: A Formação Sócioespacial Colombiana*”

São Paulo, USP (Tese de Doutorado)

-RAFFESTIN, C. (1993) – “*Por uma geografia do poder*”

São Paulo, Ática

-SMITH, N. (1979) – “*Desenvolvimento Desigual*”

Rio de Janeiro, Bertrand Brasil

-SOJA, E. W. (1993) – “*Geografias Pós Modernas*”

Rio de Janeiro, Zahar

-TOKATLIAN, J. G. – “*Segurança e Drogas*”

Rev. Contexto Internacional (jan/jul) 1988

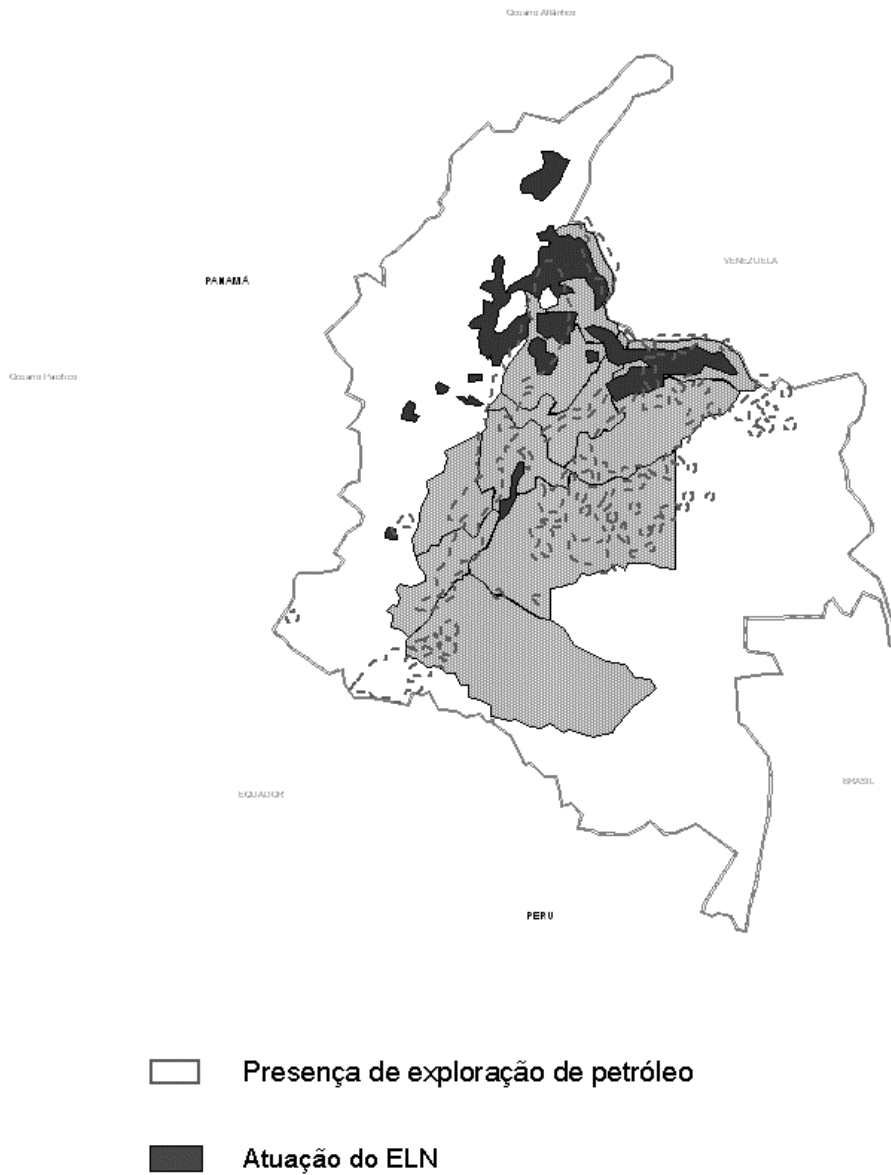
ANEXOS

MAPA DO EIXO ESTUDADO



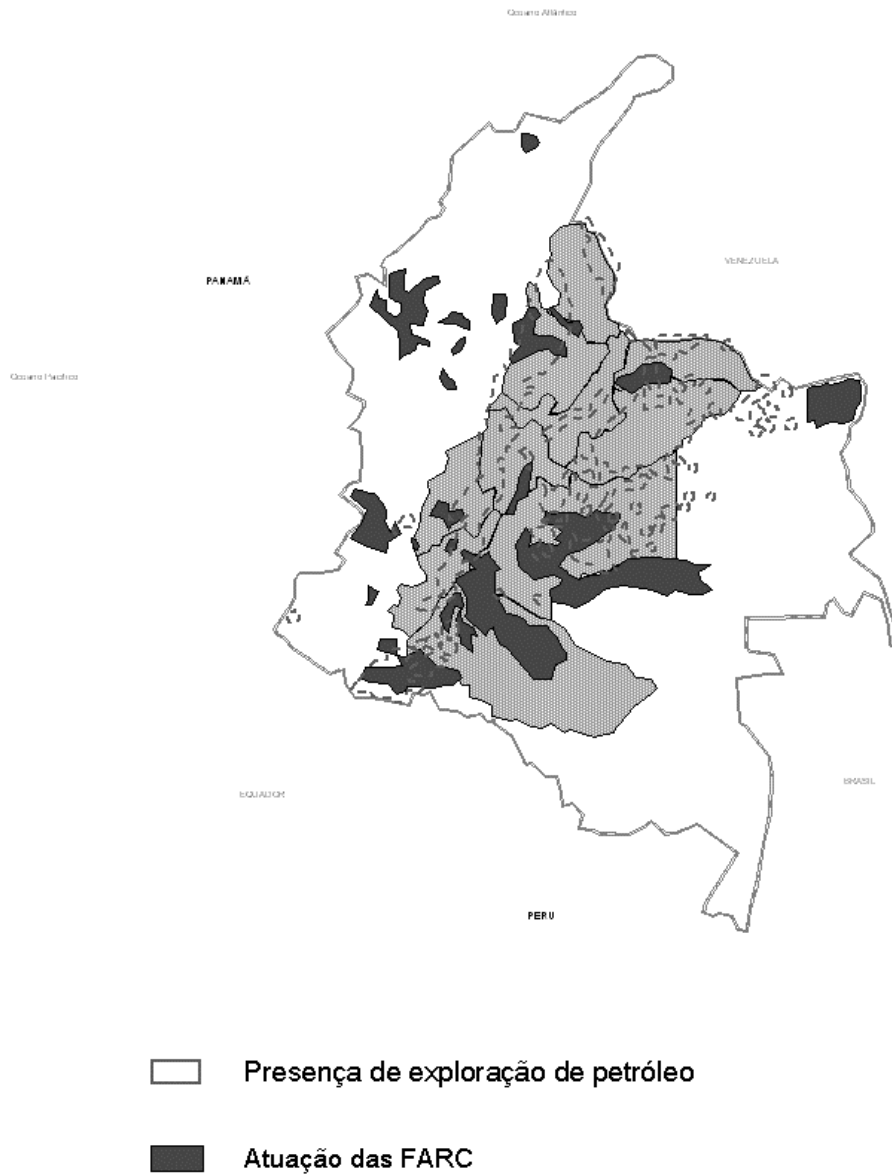
Fonte: Elaboração Própria

Mapa 6: ELN + Petróleo



Fonte: Elab. Própria

Mapa 5: FARC-EP + Petróleo



Fonte: Elab. Própria